RELATÓRIO DE CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO – UFRB/PGO 2025

1. Contextualização

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), diante das limitações orçamentárias impostas pela LOA 2025 e da insuficiência dos recursos discricionários para cobertura das despesas discricionárias, principalmente em razão da elevação do valor dos contratos provocada pela correção inflacionária, estruturou um plano de contingenciamento emergencial. A medida visa assegurar a continuidade dos serviços essenciais, evitar riscos legais aos gestores públicos e mitigar impactos negativos ao funcionamento institucional.

2. Fundamento Legal

As ações seguem as determinações das seguintes normas:

- Lei nº 4.320/1964 – Proibição de execução de despesa sem empenho (Art. 60);

- Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) – Obrigatoriedade de compatibilidade entre despesa e disponibilidade financeira (Arts. 15-17 e 59);

- Lei nº 14.133/2021 – Responsabilização por execução orçamentária irregular (Art. 116);

- Lei nº 8.429/1992 – Sanções por ato de improbidade administrativa (Art. 10, IX).

3. Premissas do Plano de Contingência

Medidas Administrativas sobre Contratos

- Redução em contratos de terceirização e serviços;

- Nenhuma edificação poderá contar com mais de um posto de vigilância simultaneamente;

- Portarias e vigilância não coexistirão em espaços de baixa criticidade;

Medidas Acadêmicas

- Contingenciamento de R$ 1.302.000,00 em despesas acadêmicas, incluindo:

  - Suspensão de viagens de campo com distância superior a 300 km;

  - Suspensão de ônibus locados com recursos da UFRB;

  - Suspensão ou redução dos editais do segundo semestre;

4. Impactos Orçamentários e Financeiros

Redução em contratos

R$ 2.000.000,00

Corte em despesas acadêmicas

R$ 1.302.000,00

Total contingenciado

R$ 3.302.000,00

5. Situação de Risco Identificada

- Comprometimento dos salários de junho dos terceirizados;

-Impossibilidade de honrar compromissos contratuais

- Possível responsabilização dos gestores públicos por execução de despesas sem cobertura orçamentária.

6. Conclusão

O plano de contingenciamento é uma ação prudencial, sustentada tecnicamente e juridicamente. As medidas visam garantir a sustentabilidade institucional em cenário de indefinições promovidas por um ambiente político incerto. Neste sentido, a contenção de despesas promovida tem por objetivo trazer as despesas da instituição para um patamar compatível com os limites orçamentários autorizados, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, o cumprimento das obrigações legais e a preservação do interesse público. Trata-se, portanto, de uma resposta estratégica e responsável diante de um contexto de restrições fiscais que impõe escolhas difíceis, mas necessárias, para a manutenção do funcionamento institucional com integridade e eficiência.

ICP Brasil

Documento assinado digitalmente
JOSE JOAQUIM DA SILVA RAMOS
Data: 26/06/2025 12:03:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br